

Federação quer o índice fixado

Enquanto os representantes das escolas de Brasília preferem que não haja alteração nos cálculos de suas mensalidades, os sindicatos dos demais estados estão ansiosos por uma definição formal de algum índice, por parte do Governo, já que acham que seus preços estão congelados em níveis inferiores aos custos. Segundo o presidente da Federação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino (Fenen), Roberto Geraldo de Paiva Dornas, nos estados em que a data-base dos professores é março (90 por cento dos casos) e em que as escolas esperaram uma definição das re-

gras para reajustarem as mensalidades, a defasagem até dezembro era de 29,67 por cento, sem contar a elevação dos custos ocorridos em janeiro.

Ele justifica a atual diferença de critérios utilizados pelas escolas, como consequência da falta de definição legal em dezembro. Embora as escolas estivessem sujeitas às regras do Decreto 95.921, que previa o reajuste mensal de acordo com a URP e a correção da defasagem na data-base, em dezembro a Fenen entrou para as negociações do Pacto Social; reajustando seus preços em 24,5 por cento, enquanto a

URP foi de 26,05 por cento.

Entretanto, no dia 22 de dezembro a Sunab baixou portaria determinando que as mensalidades poderiam ser reajustadas acima daquele índice. As instituições de ensino preferiram aguardar uma definição antes de fixarem seus preços. Enquanto esperavam, veio o congelamento.

O critério defendido por Dornas é de que as escolas dos estados em que se pratica a mensalidade compatível com os custos, como Distrito Federal e Rio Grande do Sul, os preços fiquem congelados nos níveis cobrados em janeiro.